

Objeto: Prestação de serviço de transporte de funcionários, sob regime de fretamento contínuo - Linhas 20 e 28. Valor do Contrato: R\$ 320.436,60. Modalidade: Pregão Eletrônico DGA-858/2020. Funcional Programática: 12.0122.1043.6351. Elemento Econômico: 3333-46. Vigência: Será de 15 meses contados a partir de 1º-3-2021. Data da Assinatura: 28-1-2021. **Extrato de Carta-Contrato** Carta-Contrato: 8/2021. Processo: 01-P-22412/2020. Contratante: Universidade Estadual de Campinas. Contratada: Lara Christina de Malimpensa. Objeto: Tradução, para a língua portuguesa, da obra deno-minada Fascisme et grand capital. Valor Estimado da Carta-Contrato: R\$ 8.700,00. Modalidade: Ato de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93. Funcional Programática: 12.0122.0100.5272 - Elemento Econômico: 3336-11. Vigência: Será da data de assinatura até o pagamento do preço fixo e irrecusável. Data da Assinatura: 29-1-2021.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Termo Aditivo de Contrato Termo Aditivo 1 ao Contrato 189/2019. Processo: 15P-6312/2019. Contratante: Universidade Estadual de Campinas. Contratada: Roche Diagnóstica Brasil Ltda. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato para o período de 3-2-2021 a 2-2-2022, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93. Valor Total da Prorrogação: R\$ 222.000,00. Data da assinatura: 29-1-2021.

Universidade Estadual Paulista

REITORIA

Resolução Unesp-5, de 1º-2-2021
Altera dispositivos da Resolução Unesp-94, de 1º-12-2016
O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", com fundamento no inciso IX do artigo 24 do Regimento Geral e tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão de 17-12-2020, conforme Despacho 91-2020-CO/SG, baixa a seguinte Resolução:
Artigo 1º - O artigo 3º da Resolução Unesp-94, de 1º-12-2016, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 3º - O CSTI é composto por:
I - coordenador da Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
II - membros titulares:
a) 5 membros docentes com conhecimentos e interesses na área de informática;
b) 4 membros escolhidos entre os servidores técnico-administrativos da área de TI;
III - membros suplentes:
a) 1 membro docente com conhecimento e interesse na área de Informática, substituto dos membros indicados no inciso II, alínea "a", em suas faltas e impedimentos;
b) 1 membro escolhido entre os servidores técnico-administrativos da área de TI, substituto dos membros indicados no inciso II, alínea "b", em suas faltas e impedimentos.
Parágrafo Único - Os Responsáveis pelo GTDSI e pelo GTICC, caso não sejam membros indicados, poderão ser convidados do CSTI."
Artigo 2º - O artigo 6º da Resolução Unesp-94, de 1º-12-2016, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 6º - Caberá à Coordenadoria de Tecnologia de Informação a responsabilidade pela implantação efetiva das determinações do CSTI."
Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(Proc. 797-2009-Runesp)
Resolução Unesp-6, de 1º-2-2021

Dispõe sobre a organização operacional, atribuições e competências para a criação, desenvolvimento, implantação e manutenção de Sistemas Institucionais da Unesp

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", com fundamento no inciso IX do artigo 24 do Regimento Geral e tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão de 17-12-2020, conforme Despacho 93-2020-CO/SG, baixa a seguinte Resolução:
Artigo 1º - De forma a melhor ordenar os assuntos relativos à criação, desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas institucionais da Unesp, ficam estabelecidas nesta Resolução, a organização operacional, as atribuições e competências das diversas instâncias envolvidas neste assunto.
Artigo 2º - Para os efeitos da presente Resolução, consideram-se as seguintes siglas:
I - BDC - Base de Dados Corporativa;
II - CGS - Comitê Gestor de Sistema;
III - CSTI - Comitê Superior de Tecnologia da Informação;
IV - CTInf - Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
V - EDM - Equipe de Desenvolvimento e Manutenção;
VI - ESU - Equipe de Suporte ao Usuário;
VII - FAS - Fórum de Arquitetura de Sistemas;
VIII - GTDSI - Grupo Técnico de Desenvolvimento de Sistemas;
IX - GTICC - Grupo Técnico de Infraestrutura Computacional e de Comunicações;
X - NDSI - Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas Institucionais;
XI - SI - Sistema Institucional.
Artigo 3º - Define-se como SI um sistema computacional que foi concebido e desenvolvido pela área de Tecnologia da Informação e de uso obrigatório na Unesp, conforme estabelecido em Portaria do Reitor.
§ 1º - Cada SI terá um escopo e um conjunto definido de funcionalidades que caracterizam uma versão.
§ 2º - O desenvolvimento dos SIs deverá obedecer a ciclos de projeto de software e, uma vez colocados em produção, deverão ser caracterizados por um sistema de controle de versão.
Artigo 4º - Um SI é um componente estratégico que, uma vez implantado em ambiente de produção, deve ser considerado patrimônio da Universidade.
§ 1º - Cada SI terá seu desenvolvimento, customização, implantação e manutenção garantidos pelo NDSI da Unesp.
§ 2º - Cada SI terá a infraestrutura de servidores de aplicação e servidores da base de dados corporativa garantida pela CTInf.
§ 3º - O desenvolvimento e a manutenção dos SIs poderão ser descentralizados, ou seja, as EDMs poderão estar distribuídas no âmbito da Universidade.
§ 4º - A utilização de um SI poderá ser descontinuada somente por determinação expressa do Reitor.

§ 5º - Poderão compor SIs softwares desenvolvidos por desenvolvedores não pertencentes ao corpo do NDSI, desde que sejam distribuídos sob licença que permitam seu uso público, ou nos casos em que a Universidade detenha a propriedade intelectual e consequente acesso ao código fonte.
CAPÍTULO I
Dos Sistemas Institucionais
Artigo 5º - Compete ao CSTI deliberar sobre a criação dos SIs da Unesp a partir de solicitação de uma ou mais áreas requisitantes da Universidade.
§ 1º - O uso de SIs é entendido como estratégico para a realização das atividades acadêmicas e administrativas, sendo imprescindível que a Universidade detenha um controle efetivo sobre seu desenvolvimento, implementação e manutenção.
§ 2º - A Universidade, para atender suas demandas, poderá utilizar sistemas adquiridos de empresas por meio de projetos de colaboração interinstitucional.
1. os sistemas a que se refere o caput deste parágrafo não estarão enquadrados por essa resolução devendo ser normatizados em Resolução específica.
§ 3º - Cabe ao CSTI, através de norma própria, definir critérios e procedimentos operacionais para criação de novos SIs.
Artigo 6º - Uma vez aprovada a criação de um SI, compete:
I - ao CSTI, estabelecer o respectivo CGS;
II - ao Responsável pelo NDSI, compor a respectiva EDM e designar um Responsável pela Gerência do Projeto;
III - às áreas requisitantes, a composição da respectiva ESU.
Artigo 7º - O desenvolvimento de um SI deve ser precedido pela avaliação do modelo de dados do SI pelo FAS.
Artigo 8º - Decisões envolvendo a integração de SIs deverão ser conduzidas pelo NDSI, com a presença de membros dos CGSs, das EDMs e convidados, quando necessário.
Artigo 9º - Compete ao CSTI, a partir da solicitação do NDSI, analisar a contratação temporária de profissionais de informática para atuar no desenvolvimento de SIs.
Artigo 10 - A implantação de um SI deverá ocorrer somente após a sua homologação pelo respectivo CGS e conforme cronograma de implantação definido em comum acordo pelo CGS e pela EDM.
Parágrafo Único - Cabe ao Presidente do CGS notificar a ESU em relação ao cronograma de implantação.
Artigo 11 - Os SIs contarão com uma infraestrutura física e lógica adequada para os servidores de bancos de dados, servidores de aplicação e repositório seguro para armazenamento e controle de versões dos programas-fonte oficiais, metodologia de gerenciamento de projetos e demais documentações, conforme padrão estabelecido pelo CSTI.
§ 1º - A CTInf é responsável pela implantação e operação da referida infraestrutura.
§ 2º - Cabe ao representante da respectiva EDM manter documentação atualizada sobre o SI, incluindo os servidores de aplicação, dicionário de dados, plano de contingência em caso de falha e histórico de versão.
CAPÍTULO II
Da Organização Operacional
Artigo 12 - A organização operacional para aprovação, concepção, desenvolvimento e implantação dos SIs é conduzida por instâncias normativas, executivas e de apoio.
§ 1º - O FAS é a instância normativa dos SIs, subordinada ao CSTI.
§ 2º - As instâncias executivas para desenvolvimento de SIs, subordinadas à CTInf, compreendem:
1. GTDSI;
2. FAS.
§ 3º - A EDM é a instância executiva da organização operacional para SIs subordinadas ao NDSI.
§ 4º - A ESU é a instância de apoio da organização operacional para SIs, subordinada às áreas requisitantes, cujas competências encontram-se definidas no artigo 25 desta Resolução.
Artigo 13 - Ao FAS compete:
I - analisar as tecnologias disponíveis relacionadas aos sistemas de informação e indicar ao CSTI as mais adequadas para o desenvolvimento de SI;
II - analisar a sua integração com outros SIs e sua documentação;
III - verificar e validar os resultados obtidos com a aplicação das tecnologias utilizadas;
IV - definir a infraestrutura adequada para a Base de Dados Corporativa (BDC), com aprovação da CTInf;
V - definir os critérios de utilização da BDC, com aprovação do CSTI;
VI - aprovar as solicitações de utilização da BDC;
VII - aprovar qualquer processo de alteração da BDC, inclusive de sua documentação, mesmo que isto não implique em manutenção de um ou mais SIs;
VIII - estabelecer o cronograma de implantação de novas versões da BDC, inclusive de sua documentação, decorrente de processos de alteração;
IX - promover a devida divulgação da implantação de novas versões da BDC ao NDSI e aos CGSs;
X - atuar em conjunto com o NDSI no processo de desenvolvimento e implantação de SIs;
XI - definir para a CTInf, a infraestrutura computacional adequada para os servidores de aplicação;
XII - propor melhorias na infraestrutura de servidores de aplicação;
XIII - elaborar, em conjunto com o NDSI, um cronograma semestral de implantação de novas versões da infraestrutura de servidores de aplicação;
XIV - promover a devida divulgação da implantação de novas versões da infraestrutura de servidores de aplicação junto ao NDSI;
XV - colaborar com o NDSI no processo de desenvolvimento e implantação dos SIs;
XVI - manter o funcionamento dos servidores de aplicação dos ambientes de desenvolvimento e produção sempre disponível;
XVII - realizar o monitoramento dos servidores de aplicação, da infraestrutura de servidores de aplicação e da BDC.
Artigo 14 - O FAS será constituído por:
I - responsável pelo GTDSI;
II - no mínimo 3 membros com conhecimentos na área de arquitetura e desenvolvimento de sistemas, indicados pelo responsável pelo GTDSI;
III - no mínimo 1 membro com conhecimentos na área de infraestrutura de servidores de aplicação, indicado pelo responsável pelo GTICC;
IV - no mínimo 1 membro com conhecimentos na área de bancos de dados, indicado pelo Coordenador da CTInf.
Artigo 15 - A cada CGS compete:
I - definir as funcionalidades que farão parte do escopo do respectivo SI;
II - analisar as demandas e sugerir as alterações necessárias relativas ao SI;
III - atuar como interface entre as áreas requisitantes do SI e o Responsável pela Gerência de Projetos;
IV - propor prioridades e validar cronogramas proposto pelo Responsável pela Gerência de Projetos de Projetos do SI;
V - acompanhar o andamento das atividades de desenvolvimento do SI;
VI - documentar todas as reuniões, decisões e ações de acordo com as normas definidas pelo NDSI e aprovados pelo CSTI;
VII - definir a política de disponibilização dos dados do SI, respeitadas as legislações de privacidade e acesso aos dados;
VIII - garantir a implementação das solicitações técnicas referentes ao SI, definidas pelo FAS visando preservar o desempenho e operacionalidade dos sistemas;

IX - definir, juntamente com a EDM e ESU, a melhor forma para implantação e treinamento do SI e
X - auxiliar no treinamento para implantação e manutenção do SI.
Artigo 16 - Cada CGS será constituído pelos seguintes membros:
I - pelo menos 4 membros indicados pela área requisitante do SI, dentre os quais deverá ser indicado o responsável pelo CGS;
II - 1 responsável pela Gerência do Projeto, indicado pelo NDSI;
III - 1 representante da EDM do respectivo SI, indicado pelo NDSI;
IV - 1 representante da ESU do respectivo SI.
Parágrafo único - O responsável pelo CGS deverá ser indicado pela área requisitante.
Artigo 17 - Ao membro responsável pelo CGS compete:
I - estabelecer o calendário de reuniões do CGS;
II - convocar e coordenar as reuniões do CGS;
III - designar um membro para registrar em súmula as reuniões do CGS;
IV - indicar ao CSTI as necessidades de alteração na composição do CGS;
V - promover a divulgação dos trabalhos do CGS;
VI - acompanhar as informações do andamento do SI nos Sistemas de Gerenciamento de Projetos do NDSI;
VII - auxiliar o NDSI na gestão das atividades necessárias para a integração do SI com outros sistemas;
VIII - acompanhar a elaboração da documentação do SI;
IX - atuar como facilitador junto à EDM e à ESU do SI, quando necessário.
Artigo 18 - O NDSI é responsável pela coordenação e gestão de todo o processo de desenvolvimento e manutenção dos SIs, conforme definido no Modelo Unesp.
Parágrafo único - O Modelo Unesp de desenvolvimento de SI compreende todas as etapas de desenvolvimento do sistema e é composto por:
I - ambiente integrado de dados e sistemas;
II - EDM composta por servidores da Universidade;
III - CGS, que é o gestor do SI;
IV - conjunto de Normas Técnicas baseadas em padrões e aprovadas pelo CSTI.
Artigo 19 - Ao NDSI compete:
I - estabelecer junto às áreas requisitantes, as demandas relacionadas a SI que atendam à Universidade;
II - garantir que o processo de desenvolvimento dos SIs esteja em conformidade com o Modelo Unesp, conforme definido no artigo 18;
III - coordenar as etapas de desenvolvimento dos SIs, a partir das demandas estabelecidas pelos CGSs;
IV - participar do processo de avaliação de seus membros;
V - elaborar e encaminhar diagnósticos e relatórios, sempre que solicitados pela CTInf e CSTI;
VI - propor demandas executivas para a CTInf;
VII - propor demandas normativas ao CSTI relacionadas à metodologia de desenvolvimento e gerenciamento dos projetos de SIs;
VIII - ser responsável pela integração dos SIs;
IX - ser responsável pela adequação dos SIs às tecnologias aprovadas pelo CSTI;
X - ser responsável pelo encaminhamento do registro dos SIs, bem como da descrição da infraestrutura necessária para a implantação e a documentação de cada SI;
XI - determinar/propor a formação das equipes técnicas e garantir a participação dos membros através da devida formalização;
XII - gerenciar a formação de equipes de desenvolvedores e realocação de técnicos vinculados ao NDSI;
XIII - ser responsável pelas informações disponibilizadas nos Sistemas e Ferramentas de Gerenciamento de Projetos de SIs, estabelecidos pelo CSTI;
XIV - promover reuniões e eventos periódicos com os seus membros e, quando necessário, com os CGSs e ESUs;
XV - estabelecer priorização de tarefas relacionadas aos SIs, junto com os Responsáveis pela Gerência de Projetos, ouvidos os respectivos CGSs;
XVI - promover a atualização técnica e capacitação das equipes de desenvolvimento;
XVII - promover a divulgação das ações do NDSI.
Artigo 20 - Ao Responsável pelo NDSI compete:
I - iniciar o processo de criação de um SI conforme demanda das áreas acadêmicas e administrativas da Unesp, e encaminhar para análise e aprovação pelo CSTI;
II - garantir que as normas de criação, projeto, desenvolvimento e manutenção dos SIs sejam rigorosamente cumpridas;
III - indicar à CTInf o seu substituto;
IV - estabelecer a EDM de cada SI;
V - gerenciar a formação de equipes de desenvolvedores e realocação de técnicos, vinculados ao NDSI;
VI - providenciar a inclusão e formalizar a participação dos membros das EDMs conforme normas definidas pelo CSTI, através de solicitação de afastamento e, nos casos necessários, de termo de corresponsabilidade, conforme a Portaria Unesp 60, de 05-02-2016;
VII - nomear o responsável de cada EDM;
VIII - indicar o Responsável pela Gerência de Projetos de cada SI;
IX - coordenar as ações dos Responsáveis pela Gerência de Projetos;
X - acompanhar com os Responsáveis pela Gerência de Projetos as etapas de desenvolvimento dos SIs, conforme definido pelos respectivos CGSs;
XI - realizar reuniões periódicas com os membros das EDMs para acompanhar as etapas de desenvolvimento de SIs;
XII - convocar reuniões das EDMs;
XIII - manter atualizada a composição das EDMs;
XIV - encaminhar à CTInf plano de aquisição de equipamentos, propostas e demandas executivas;
XV - encaminhar ao CSTI propostas de demandas de criação e atualização de normas no contexto de desenvolvimento de SIs;
XVI - encaminhar aos órgãos internos e externos competentes o registro legal dos SIs;
XVII - zelar por manter atualizada a documentação de cada SI;
XVIII - especificar os requisitos de infraestrutura exigidos para desenvolvimento e implantação de cada SI;
XIX - apresentar relatórios sobre o desenvolvimento dos SIs regularmente;
XX - contribuir para a divulgação das ações do NDSI;
XXI - promover reuniões e eventos com os membros das EDMs e, quando necessário, com os CGSs e com as ESUs visando adequar as atividades de desenvolvimento e manutenção dos SIs;
XXII - acompanhar as demandas, provendo o devido apoio executivo e logístico, dos CGSs;
XXIII - propor, administrar, acompanhar e avaliar os treinamentos gerenciados pelo NDSI;
XXIV - conduzir a avaliação dos membros do GTDSI, ouvidos a CTInf, as Diretorias Técnicas de Informática ou área responsável equivalente, os responsáveis das EDMs, e quando necessário os responsáveis pelos CGSs, de acordo com seu local de trabalho.
Artigo 21 - Ao substituto do Responsável pelo NDSI compete substituí-lo em suas faltas e impedimentos.
Artigo 22 - À EDM compete:
I - realizar o desenvolvimento e a manutenção do SI, inclusive de sua documentação, em conformidade com os padrões estabelecidos pelo CSTI;

II - realizar o desenvolvimento dos respectivos serviços de integração do SI com outros SIs;
III - realizar a migração de dados, necessária para a implantação do SI;
IV - executar as demandas encaminhadas pelo NDSI e CGS;
V - utilizar os Sistemas de Gerenciamento de Projetos para o registro de suas atividades;
VI - auxiliar na implantação do SI e de suas atualizações, juntamente com o CGS;
VII - registrar em súmula as reuniões da EDM.
Artigo 23 - As EDMs serão constituídas por membros do GTDSI, tendo um responsável nomeado por responsável pelo NDSI.
Artigo 24 - Ao Responsável da EDM compete:
I - coordenar as atividades dos membros da EDM;
II - planejar o desenvolvimento das tarefas definidas pelo NDSI e CGS;
III - informar ao Responsável pelo NDSI sobre a necessidade de treinamento para os membros da EDM;
IV - coordenar reuniões da EDM;
V - nomear um responsável pela elaboração da súmula das reuniões da EDM;
VI - acompanhar o registro das atividades relativas ao desenvolvimento do SI;
VII - substituir e exercer o papel de Responsável pela Gerência de Projetos quando necessário.
Artigo 25 - À ESU compete:
I - atender às demandas dos usuários do SI;
II - encaminhar, ao respectivo CGS, sugestões de alterações e melhorias no SI e na sua documentação;
III - atuar em conjunto com o CGS na implantação do SI na Universidade;
IV - acompanhar os chamados via sistema de suporte estabelecido pelo CSTI, para o registro de suas atividades;
V - promover os treinamentos para os usuários do SI.
Artigo 26 - A ESU será constituída por servidores das áreas requisitantes do SI e de áreas afins, estabelecidos por Portaria Interna da área requisitante.
Parágrafo Único - O responsável da ESU será um dos membros do CGS indicados pela área requisitante.
Artigo 27 - Ao responsável da ESU compete:
I - informar ao CGS sobre a necessidade de treinamento para os seus membros;
II - encaminhar ao CGS demandas de alterações e melhorias no SI, inclusive de sua documentação;
III - atuar como facilitador no apoio a treinamentos promovidos pelas áreas requisitantes, relativos ao SI.
IV - registrar em súmula as reuniões da ESU;
V - manter registro dos atendimentos realizados aos usuários do SI;
VI - organizar, em conjunto com o CGS, a equipe para implantação e treinamentos relativos ao SI;
VII - acompanhar os cronogramas de implantação e treinamentos relativos ao SI.
Artigo 28 - As indicações para os membros das instâncias normativas e executivas da organização operacional para SIs da Unesp, quando não especificadas, serão estabelecidas em Portarias Internas expedidas pelo Presidente do CSTI.
Artigo 29 - Compete à CTInf:
I - indicar o responsável pelo GTDSI;
II - aprovar o substituto pelo GTDSI;
III - indicar o responsável pela administração da BDC;
IV - garantir o funcionamento da infraestrutura de desenvolvimento, de produção e de redes necessárias aos SIs;
V - promover a divulgação das ações do NDSI;
VI - promover o monitoramento da infraestrutura computacional e de desenvolvimento dos SIs.
Artigo 30 - O CSTI possui as seguintes atribuições:
I - aprovar a indicação do responsável pelo GTDSI;
II - acompanhar a operacionalização efetuada pelo NDSI;
III - analisar a contratação de profissionais de informática, a partir da solicitação do NDSI;
IV - promover reuniões para divulgação dos trabalhos, coleta de experiências e sugestões em relação aos SIs;
V - aprovar o padrão e metodologias a serem adotados no desenvolvimento e documentação dos SIs, estabelecendo as normas específicas com este objetivo;
VI - aprovar a criação de novos SIs.
Artigo 31 - Compete ao Responsável pela Gerência de Projetos além das atribuições previstas na Portaria Unesp-5, de 13-1-2021
I - zelar e seguir as normas aprovados para o Modelo Operacional de Gerenciamento de Projetos;
II - comunicar-se, periodicamente, com as partes envolvidas no projeto segundo normas estabelecidas;
III - liderar as equipes de desenvolvimento;
IV - elaborar os documentos relacionados ao projeto sob sua responsabilidade;
V - informar ao responsável pelo GTDSI, periodicamente, acerca do andamento dos trabalhos;
VI - zelar pelo cumprimento dos prazos das entregas, conforme o planejado e encerrar o projeto na data acordada;
VII - intermediar a comunicação entre os CGSs e as EDMs;
VIII - reportar-se ao GTDSI, sempre que entender necessário, alertando sobre as dificuldades detectadas ou alterações forem solicitadas no projeto;
IX - atualizar, periodicamente, nos Sistemas de Gerenciamento de Projetos, o cronograma com informações referentes ao progresso, atribuição, situação e prazos.
CAPÍTULO III
Composição e competências do GTDSI
Artigo 32 - O GTDSI é responsável, pela gestão dos recursos humanos e computacionais, envolvidos no desenvolvimento de SIs, no âmbito da CTInf e da área de TI da Unesp.
Artigo 33 - O GTDSI tem suas competências definidas na Portaria Unesp 217, de 25-6-2019.
Artigo 34 - O GTDSI é composto por todos os servidores de TI da Unesp atuando no desenvolvimento dos SIs, exercendo o papel de:
I - responsável pelo GTDSI;
II - responsável pelo NDSI;
III - membro de EDMs;
IV - responsável pela Gerência de Projetos.
§ 1º - Os membros do GTDSI pertencerão às categorias:
1. servidores da Unesp lotados no GTDSI;
2. servidores da Unesp prestando serviço junto ao GTDSI e
3. outros profissionais necessários ao desenvolvimento dos SIs.
§ 2º - Os integrantes do GTDSI poderão atuar como:
1. analistas;
2. programadores;
3. responsável pela Gerência de Projetos.
Artigo 35 - O responsável pelo NDSI também será responsável pelo GTDSI compartilhando, portanto, de todas as suas atribuições.
CAPÍTULO IV
Disposições Transitórias e Finais
Artigo 36 - Caberá ao CSTI, no âmbito de suas competências, propor as alterações que julgar necessárias a esta Resolução, as quais devem ser aprovadas por maioria absoluta de seus membros, em reunião convocada especificamente para este fim.
Artigo 37 - Os servidores que atuavam junto ao NDSI vinculados por meio de termos de corresponsabilidade com as Unidades, segundo a Portaria Unesp-60, de 5-2-2016, até a aprovação desta Resolução, poderão manter sua atuação com base nessa documentação.
Artigo 38 - Casos omissos a esta Resolução serão tratados pelo CSTI, cabendo recurso ao Reitor da Unesp.